

prefácio

"Novas cartas portuguesas"

• pré-prefácio e prefácio

• "Novas cartas portuguesas"

Ed. Horais, 3ª ed., 1980, p 7-28

1980

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
PRIMEIRA MINISTRA

Fundação Cuidar o Futuro



Prefácio "Novas Cartas Portuguesas"
3ª edição, Moraes, 1980

PRÉ-PREFÁCIO

(leitura breve por excesso de cuidado)

Copyright
by Moraes Editores, 1979

Prefácio
Maria de Lurdes Pintasilgo

Colecção
Círculo de Prosa

Capa de
Vitorino Martins

Plano Gráfico de
J. Matos

Revisão
Moraes Editores

Composição e Impressão
Sociedade Industrial Gráfica Telles da Silva, Lda.
Rua de Campolide, 133-B — 1000 Lisboa

1.ª edição, 1972 (Estúdio Cor)
2.ª edição, 1974 (Editorial Futura)
3.ª edição, 1980 (Moraes Editores)
N.º de edição 903, três mil exemplares

Direitos de reprodução e adaptação desta edição
reservados para todos os países
por
Moraes Editores
Rua do Século, n.º 34-2.º
1200 LISBOA-PORTUGAL

«Quando o burguês se revolta contra o rei, ou quando o colono se revolta contra o império, é apenas um chefe ou um governo que eles atacam, tudo o resto fica intacto, os seus negócios, as suas propriedades, as suas famílias, os seus lugares entre amigos e conhecidos, os seus prazeres.

Se a mulher se revolta contra o homem nada fica intacto (pág. 175).

Terá sido este o pressentimento que acabou por levar as autoras das Novas Cartas Portuguesas aos bancos do tribunal? Bem o julgo. A uma sociedade que se apresentava sem saída soava como anúncio do fim essa revolta sem armas, essa explosão possível de tudo o que sempre fora tido por conveniente, por correcto, por assepticamente puro. Essa a razão escondida da cegueira cultural que nem sequer se permitiu o debate sobre o significado da obra, sobre o contexto social e literário em que se inseria, sobre o sentido profundo das suas mais contundentes afirmações.

É tal a rotura introduzida pelas Novas Cartas Portuguesas que a sua primeira abordagem só pode ser feita à luz do que elas não são. Não são uma colectânea de cartas, embora se reconheça nelas o estilo tradicionalmente cultivado pelas mulheres em literatura. Não são um conjunto de poemas esparsos, embora em poesia se converta toda a realidade retratada. Não são tão pouco um romance.



embora a história vivida (ou imaginada) de Mariana Alcoforado lhes seja a trama principal.

São talvez um pouco de tudo isso. E ainda mais: uma forma nova de dizer a pessoa humana e o seu modo de estar no mundo, um ensaio que não se quer filosófico, mas que toca as raízes do ser, um contributo inédito para a antropologia social, no que (à maneira de um Garcia Marquez ou de um Oscar Lewis) recolhe de vida, de sensações, de comportamento singulares universalizados.

Porque rompem, extravasam. Daí que as Novas Cartas Portuguesas se caracterizem antes de mais pelo excesso. Excessivas as situações, excessivo o tom, excessivas as repetições dum mesmo acto, excessivo afinal todo o livro que vai terminando sem realmente terminar, como se tal excesso não coubesse nas dimensões normais.

Nesse excesso — que não o é, aliás, apenas deste livro mas de todo o movimento neofeminista dos últimos anos — reside, afinal, a grande ambiguidade que fez com que as fronteiras entre o erotismo e a pornografia fossem consideradas ultrapassadas. Na lógica da própria obra, enquanto denúncia da opressão sexista, seria decerto de esperar que a relação homem/mulher, no que deles faz «uma só carne», fosse desdobrada, dissecada, em variados modos e momentos. Mas o que acontece é mais do que isso. Acontece o excesso como qualificativo de tudo, mesmo do que na relação homem/mulher é tido como quotidiano. Acontece o excesso na forma de tudo dizer tão proximamente que fica a impressão de ouvir a cada passo: «nesse acto eu sou». Acontece o excesso na ousadia de serem mulheres a quebrar os limites, a inverter a situação sujeito/objecto universalmente adquirida (ao apropriarem-se de situações até hoje só ditas por homens, as autoras «matam» de facto alguém: matam o fantasma do homem-senhor que paira no horizonte afectivo das mulheres. E matam-no com as próprias armas que o homem utiliza para dominar a mulher — Judite e decapitar Holofernes...).

Nesse excesso, o caminho percorrido é necessariamente egocêntrico. Nas Novas Cartas Portuguesas, as mulheres comprazem-se em si próprias, a sua paixão alimenta-se de si. Daí a reivindicação obsessiva do corpo como primeiro campo de batalha onde a revolta se manifesta.

A uma primeira leitura, tudo parece concentrar-se na materialidade de actos e de expressões sexuais, numa repetição, sincopada ao longo do livro, de descrições e de complacências. Dessa primeira leitura, de sentido literal, surgirá uma noção de sexualidade que para muitos leitores é limitada pelo próprio excesso dos actos e sensações em que é veiculada. Ficam na sombra dimensões claramente espirituais ou formas tranquilas (não excessivas) da expressão física da sexualidade.

A alienação do corpo é a zona utilizada preferencialmente, embora não exclusivamente, pelas autoras para dizer, a um tempo, a opressão e a revolta, a sujeição e a autonomia das mulheres. Porquê esta alienação e não outra? Porque não o trabalho e as condições em que é realizado? Porque não o esforço ininterrupto e não remunerado dos encargos domésticos? Porque não a responsabilidade pela vida dos filhos nascidos ou por nascer? Porque não a inserção na vida social?

Todas estas zonas são do domínio público, enquanto a zona da opressão do corpo é do domínio privado. E é por forma contundente, dura, desmedida, que as autoras querem fazer estalar a hipocrisia que cobre essa zona privada.

Que o fazem com grande narcisismo, à beira da rotura do viável, é um facto. Que o dizem com palavras crispadas, também. Que imaginam situações que se subtraem ao domínio da moral, é evidente.

Ao concentrarem-se sobre o corpo, correm as autoras um risco: o de o absolutizarem como os homens o fizeram. De tratarem o corpo como uma «coisa», objecto da paixão ou seu exercício. E de uma «coisa» tudo pode ser dito — daí o excesso.

Os limites que acabo de pôr são os que decorrem de uma primeira leitura, colada ao significado literal do texto. Fica a questão de saber se a revolta das mulheres se pode esgotar nessa reivindicação daquilo que tradicionalmente foram palavras de homens. Fica levantada a questão da moral e da sua invenção. Fica sobretudo caminho aberto para uma descoberta da sexualidade abarcando registos diversos.

É óbvio que as *Novas Cartas Portuguesas* não teriam tido o eco que lhes conhecemos se não atingissem um nível simbólico em que se reconhecem mulheres de todos os continentes e classes sociais. Numa segunda leitura, o corpo, como lugar preferencial da denúncia da opressão das mulheres, excede-se naquilo que representa. Funciona como metáfora de todas as formas de opressão escondidas e ainda não vencidas.

Ao apresentar aos leitores esta nova edição das *Novas Cartas Portuguesas*, é a essa segunda leitura que os convido.

MARIA DE LURDES PINTASILGO

PREFÁCIO

(leitura longa e descuidada)

«A revolta da mulher é a que leva à convulsão em todos os estratos sociais; nada fica de pé, nem relações de classe, nem de grupo, nem individuais, toda a repressão terá de ser desenraizada (...) Tudo terá de ser novo (...) E o problema da mulher no meio disto, não é o de perder ou de ganhar, é o da sua identidade» (pág. 231).

Em poucas palavras fica dita a obra, desvendado o seu sentido, definida a sua procura. Fica claro que neste livro se trata da condição das mulheres. Daquilo que às mulheres é consentido ou negado. Do cerco ideológico que as retém prisioneiras. Da contradição de terem de passar pela igualdade para alcançarem a diferença e descobrirem a sua identidade.

O que não fica dito — é importante acentuar — é a universalidade da obra. As *Novas Cartas Portuguesas* estão hoje traduzidas em 10 línguas, são objecto de teses de doutoramento, são levadas à cena em versões adaptadas por grupos de teatro em Nova Iorque e Paris. Elas inauguram um novo tempo na corrente literária do neofeminismo contemporâneo.

A partir do nó evolutivo das *Novas Cartas Portuguesas* — a freira de Beja Mariana Alcoforado e o seu romance de amor, em pleno séc. XVII — surgem as mulheres deste século, em muitas e diversas situações e culturas. E é legítimo perguntar: porquê um tal eco? Que coisa nova foi dita? Que forma tão universalmente comum foi utilizada?

Pela primeira vez na história do movimento feminista e da sua expressão literária a cumplicidade entre as mulheres foi ao mesmo

tempo sujeito e objecto de toda a trama de um livro. Ai reside a sua espantosa originalidade.

É certo que Simone de Beauvoir apontara para a cumplicidade das mulheres como uma teoria interpretativa da realidade. Mas nunca o severo rigor estilístico que a caracteriza lhe permitiu diluir-se numa escrita comum. Do mesmo modo, quando o novo surto feminista contemporâneo se exprimiu em literatura, foram sempre vozes singulares, identificáveis, que falaram de cumplicidade. Poucas, afinal, se lhe submeteram. A irman(dade) anunciada nunca atravessou o limiar da obra criadora.

Até 1971. Até às 3 Marias. Até que 3 mulheres portuguesas, escritoras, se põem a fazer um livro. A partir de então começa a escrita-cúmplice, inicia-se o processo que vai encontrar a sua expressão mais generalizada na simples referência aos nomes próprios de mulheres formando «colectivos» que organizam reuniões de trabalho, escrevem livros, publicam revistas.

Para a escrita deixa de ter sentido a propriedade porque os «bens» que reparte são universais. A mulher que se diz no singular refere-se a um destino que é sempre plural. E nesse plural se vem a reconhecer cada história singular. Teia que se tece e se desfaz para de novo se tecer. Penélope agindo na história de hoje, instrumento de um destino voluntariamente adiado, comum destino das mulheres conscientemente reconhecido e construído.

Dizer a três a mesma realidade, analisá-la individualmente por vias rigorosas para convergir afinal nas mesmas grandes questões, fundir-se no dizer de outras, permanecer eu-tu-nós na constante irrupção da escrita — tal é a aventura conseguida (sim, a ti que não sei distinguir das outras, não te apoio na tua distância crítica sobre «esta unidade trabalhada e nunca conseguida» (pág. 335).

No termo dessa aventura, está o livro, onde ficam escritas (inscritas) as exigências e os meandros da cumplicidade.

No ponto de partida apenas três escritoras, cúmplices de uma conspiração de que não sabem nem as regras nem o objectivo. Por isso, começam de mansinho, como se brincadeira fosse. Brincadeira

em que se refugiam (se buscam?) ao longo das cartas, dos poemas, das histórias, dos fantasmas. Brincadeira que faz recuar o tempo e logo anuncia a viagem ao centro delas próprias, o retorno ao mito da infância onde tudo, um dia, se decidiu para a mulher e seu destino.

«Considerai (...) a exposição de meninas na roda...» (pág. 34).

Brincadeira conscientemente assumida, já que lucidamente nela falam as grandes e terríveis verdades: a lei da submissão, envolta na doçura aconchegada da casa dos pais; a lei da repetição, consentida no que é tido por acesso a uma educação de mulher.

«Desde menina obedeco, moldada a rendas, a linho, a costumes em casa de meus pais» (pág. 103).

«Hábitos de fatos e fitas a formar-nos as formas» (pág. 61).

Bem entendo, porque bem pungentemente o mostrais, que a brincadeira (como todo o jogo) esconde sob o véu do faz-de-conta o patético da aventura, não é senão o seu lado possível, viável (vivível, afinal?). Nem sequer precisais de dizer para mostrar o que a brincadeira diz que ela é «como se»... Aqui desvendais o seu íntimo segredo, porque a brincadeira esconde, dizeis, o «exercício (...) da compaixão a três por vidas nossas» (pág. 333). Pasma da lucidez e da honestidade dos objectivos. A brincadeira não é diversão, não é tentativa de tornar ligeiro o texto difícil, a história dura de contar, a seriedade radical da empresa. A brincadeira é o único pudor acessível a quem quer dizer o não-dito, a quem quer violar os códigos que a sociedade impõe à mulher. Por isso soa quase trágica na sua urgência a interrogação final:

«E o que é esta experiência de três? (...) Talvez mais nada do que o que dizemos em alta voz — coragem? necessidade? — os mal-estares, os ataques, as recusas e os medos!» (pág. 329).



Tão longe foi a brincadeira, tão universal se tornou o disfarce de cada «mal-estar», «recusa» ou «medo», tão de três foi a «compaixão» por cada vida, tão sério foi o jogo, que de nenhuma das três Marias ouvi a confissão (menos ainda, a «reivindicação») de um fragmento-texto próprio, nem tão-pouco o albeamento distante perante qualquer parte do todo comum. Marcou-as definitivamente, como uma iniciação para a escrita-cúmplice, o que de início logo fora anunciado:

«os dizeres que nem assinados vão, o trio de mãos que mais de três não seja» (pág. 35).

Bastaria essa experiência de criação comum, bastaria que tivesse ficado decididamente «anónimo o coro» para que as Novas Cartas Portuguesas aparecessem figurando uma das teses fundamentais do feminismo contemporâneo: a «sororidade» das mulheres como nova formação social, a energia da sua solidariedade como força colectiva.

Na explosão (que alguns poderão achar barroca) dos casos, das histórias, dos bilhetinhos, dos versos (que as meninas escrevem às escondidas debaixo do tampo das carteiras), tal tese não é desenvolvida segundo o fio lógico, cartesiano, da demonstração formal. É mais do que uma tese que as Novas Cartas Portuguesas fazem surgir diante de nós: «fresco» da condição das mulheres, dos seus destinos, das suas limitações, das suas ânsias. Tal como num «fresco», tão importante é a representação do motivo central como o pormenor que, de repente, irrompe a dar cor e significado novo ao que julgáramos completamente definido em si, nas suas cores e nos seus contornos. Nesse «fresco» é Mariana Alcoforado a figura central, a tornar-se a leitura contextual da vida de mulheres portuguesas. Como se sua vida constituísse a trama principal de uma história inenarrada, são outras histórias, fugazmente captadas, que lhe dão relevo e significado. Como se seu nome, intacto ou fragmentado (Maria, Ana, Maria-Ana, Ana Maria — e porquê Mónica? porque foi ela a mulher-sacrifício?), recapitulasse a sua própria vida nas vidas de outras mulheres nascidas em outros momentos

e outros lugares. Ao longo das Novas Cartas Portuguesas reconheci mais de vinte mulheres — não serão essas também Marianas-do-seu-destino a, por ser turno, esconderem outras? Cada uma é quem é e muitas outras.

Porque a cumplicidade se não esgota nesta brincadeira-conspiração de três escritoras, surgem refractadas umas nas outras, iguais e diferentes em suas histórias, as vidas de muitas mulheres. Que esta obra comum de três se tece e repercute nas vidas entretecidas das mulheres que se contam ou nos são contadas. Que cumplicidade é a trama do objecto deste livro e não só do sujeito-a-três que o escreveu. E tão bem sucedida é, que não sabemos já se nos movemos na ficção ou na realidade que conhecemos.

Realidade ou ficção, Maria Ana, a mulher do emigrante António, a carregar o peso dos cuidados pelos filhos e a envelhecer de trabalhos e solidão? Ou Mariana, a braços com a ignorância do seu corpo e violada pelo pai? Ou Maria, a mulher a dias que se desculpa de existir? Ou Mariana, a rapariga de aldeia tornada prostituta para alimentar a filha?

Ficção ou realidade, Maria, a mãe de Mariana Alcoforado, escondendo em sua hipócrita austeridade a desordem dos sentidos e o adultério consentido? Ou sua sobrinha Mariana em quem revive a vingança e o ódio de Mariana Alcoforado como se seus fossem (e o são por condição de mulher)? Ou D. Maria Ana, a descendente directa desta última, vivendo amargamente uma vida que as convenções da época lhe revelam sem sentido? Ou Maria, fugida de casa em estranheza e rebeldia de mulher que o marido persegue de tanto a querer proteger? Ou Mariana que acaba por se suicidar em 1971? (Quem quisestes vós matar, ó 3 Marias no ano mesmo em que escrevíeis? A lembrança de Mariana ou as Marianas que são as mulheres presas de si mesmas e dos outros?)

A ficção não é aqui senão o artificio a dizer bocados de vidas por demais trágicas, a atenuar o grito que se eleva dessa roda das meninas que todas foram e que hoje formam para além do tempo.

(Grito que rasga a calma dos dias certos e das vidas tranquilas — por ignorantes? por cobardes?)

Mau grado a ficção, para além das fotografias tão dolorosamente reais, as personagens não chegam para dizer tudo: para dizer a mulher e a sua complexa, multifacetada condição. Não admira, pois, a interrogação:

«...que Anas ou Marianas terão ainda de ser ressuscitadas?» (pág. 284).

Nesta teia de autoras e personagens (que personagens também são as autoras que a si mesmas se apresentam: «isolla bella (isolda?) e teresa da mão leda e fátima da ácida azinheira» (pág. 72)) quebram-se as regras da gramática, em jeito de irrupção do sentido para além do sentido (ou sentidos entre-cruzando-se?). Uma nova semântica está aí em gestação, gestação que só mais tarde, na segunda metade da década de 70, se vem a tornar noutras línguas (em especial na língua francesa) a nota específica da escrita das mulheres. Dela estão conscientes as autoras quando explicitamente atacam as metáforas míticas que regem o mundo da palavra — «...as palavras não são elos nem são pontes» (pág. 48) — ou quando desfazem as metáforas por elas próprias criadas com os materiais simbólicos da condição de meninas contemporâneas de Mariana — «nem laços a desatar na solidão das salas» (pág. 48).

E já que falo em palavras e do seu universo próprio, não posso esconder que nesta obra de mulheres pairam, como de resto em quase toda a literatura neofeminista, Freud e a mecânica determinista da associação de ideias e vocábulos; Lacan e o jogo verbal do sentido, duplo sentido, das sílabas e das palavras. Exemplo claro o que reafirma o objectivo da obra:

«...o tema é de passagem, de passionar, passar paixão e o tom é compaixão, é compartilhado com paixão» (pág. 35).

Não se trata apenas de um estilo que convém ao carácter barroco da obra. Trata-se sim de uma clara aceitação do dis-

curso analítico, reconhecido nos seus momentos mais significativos:

«...mas o sentir revém (...): já os homens e as infâncias nos contamos, as paisagens, as pausas, já laudas nos compomos e dizemos quem e dizemos como» (pág. 54).

Seria tentação reler as Novas Cartas Portuguesas como a narrativa da psicanálise de uma mulher (as 3 numa só? Ou Mariana nas 3?)... Mas não é o momento. Bastará referir o lugar que tem o inconsciente em todo o livro: pois para que servem os parêntesis, as ligações nem sempre evidentes ao leitor, senão como o apelo a uma escuta para além da imediata leitura?

Bastará acentuar o que há de insistentemente, senão cansativamente repetitivo, em todos os pedaços deste livro, buscando como modelo ou sinal os primeiros momentos da vida:

«Tentarei regressar assim ao meu princípio?» (pág. 97).

Bastará pôr em destaque o que há de transfert na operação em que obsessivamente as três se dizem (ou dizem a outrem?), ora amando-se e mutuamente se repelindo, ou amando quem as há-de ler e, ao lê-las, será utilizado(a) sem amor:

«Quem já então matámos e destruímos? (...) De nós se utiliza quem a nós nos quer e a quem parecendo consentir utilizamos» (pág. 98).

Em repetição e no cerne mesmo do transfert, volta constantemente a figura da mãe com a qual a paz não foi feita. Por isso dão uma mãe a Mariana, «a mãe que as três tivemos ou nunca» (pág. 97). E que outra expressão mais profundamente científica encontrar nos anais da psicanálise que o imenso grito de revolta e orfandade:

«A que mãe fugimos? Que mãe nos fugiu?» (pág. 132).

Ainda em termos de teoria analítica, o que no pré-prefácio ficou dito poderia ser reescrito em termos de pulsões elementares e sofisticadas, reais e imaginárias, individuais e colectivas. De resto todo o livro e o prazer com que se contempla a si próprio e se vai gerando não é senão a expressão de uma pulsão sujeita às suas contradições intrínsecas de frustração, satisfação, sublimação:

«O tecido de mim a ti, de nós aos outros, estará no silêncio, nos gestos brandos, no pulsar subterrâneo ou na acção?» (pág. 328).

A dialéctica entre «o pulsar subterrâneo» e «a acção» exprime o constante vaivém entre a expressão do inconsciente e o diagnóstico social. Ai se encontra, pela primeira vez expresso, aquilo que o neofeminismo veio a tornar decisivo durante a década de 70: a relação entre o processo analítico e a prática política na luta das mulheres pela sua identidade.

Ora no campo político as Novas Cartas Portuguesas são mais do que um simples testemunho. São um libelo contra a sociedade que discrimina, escraviza, julga, marginaliza. Por isso falam de estruturas sociais, de relação entre dominadores e dominados. As Novas Cartas Portuguesas revelam e denunciam a opressão das mulheres como parte de uma sociedade toda ela opressiva.

A escolha de Mariana vai dar um nome a essa opressão: chamar-se-á «clausura» (aquí não escondestes, ó Marias, a vossa experiência de meninas educadas à sombra de conventos para aprenderdes as maneiras que às gentes de vossa classe convinha).

Não é a clausura apresentada como forma imediata da opressão, pois quem segue o caminho convencional «imagina a vida como a fazem parecer os homens» (pág. 151). Mas a clausura só aparece na repressão da autonomia pessoal procurada e socialmente não consentida, pois «há sempre uma clausura pronta a quem levanta a grimpá contra os usos» (pág. 34).

A clausura atravessa todo o livro. Clausura a definir uma das autoras:

«clausura aprazada» (pág. 45);

a circunscrever os limites do amor:

«também a ti me queres de clausura» (pág. 50);

a descrever o destino que se não realizou:

«Me sobram porém os dias / que perdi / e a clausura então que não rasguei» (pág. 86);

a dizer-se claramente na forma adulterada do dom quando fica perdida a autonomia e o conhecimento do mundo:

«que mulher não é freira, oferecida, abnegada, sem vida sua, afastada do mundo?» (pág. 172).

Como na adaptação teatral da Cidade Universitária de Paris em 1973, a clausura são as grades do cenário da vida de cada mulher, ora presentes na sua espessa realidade, ora apenas pressentidas na sombra que projectam em cada vida e nos seus movimentos livres. Clausura de que é preciso conhecer o que em cada vida a define e o que nela é traço comum de vidas outras, para a poder vencer se imposta: «...tanto faz aqui ou em Beja a clausura, que a ela nos negamos» (pág. 48).

Tão intensa, tão violenta, tão primeira na tomada de consciência de uma vida de mulher, que não há nenhuma causa que se lhe anteponha. Daí a rebeldia e a convicção com que a mulher pode dizer:

«Ninguém me peça, tente, exija, que regresso à clausura dos outros» (pág. 63).

Essa clausura desdobra-se em múltiplos planos. Ela é, antes de mais, um destino que marca a mulher desde o início, «determinada que está, desde nascença, a ter a sua vida à espera» (pág. 100).



Mas determinada a quê? A isto só: a ser, nas sociedades patriarcais, propriedade (nem sequer legítima!) do homem. É na sequência de toda a literatura patriarcal que as Novas Cartas Portuguesas podem dizer:

«Mulher: abastança do homem, sua semelhança, sua terra, seu latifúndio herdado» (pág. 105).

Por isso, tal como a terra, ela é determinada a ser conhecida, mesmo no amor consentido, através dos seus limites exteriores, susceptíveis de se tornarem parte em propriedade desejada:

«...definimo-nos para aqueles que nos amam pelos nossos limites de carne e pele, de saber e de sentir, o contorno, a forma, é o que nos torna palpáveis e compreensíveis» (pág. 66).

Determinada a uma vida dependente, sujeita a outros e aceitando-se como tal, desprezando dentro de si a sua própria condição:

«Que desgraça é nascer mulher! Frágil, inaptas por obrigação, por casta, obedientes por lei a seus donos, senhores sófregos até de nossos males...» (pág. 166).

Não nasce esta convivência com o opressor, este sentimento interiorizado, de uma qualquer aprendizagem. São as práticas sociais — normas e ideologias — que veiculam a sujeição consentida em palavras e actos de todos os dias:

«...e se não foste à escola foi por teima do teu pai, que é de opinião dele as raparigas não terem precisão de saber ler — pois o destino das mulheres é este, minha filha...» (pág. 281).

A opressão/clausura não é apenas denunciada nas formas brutais e primitivas de mecanismo de sujeição que a senhores e a escravas igualmente desumaniza. Ela é também a prisão em que a

sociedade mantém as mulheres quer pelas formas ilusórias da sua suposta emancipação quer pelas expressões cada vez mais subtis em que se traduzem os mecanismos de opressão do crescimento económico.

A tão proclamada entrada maciça das mulheres no mundo do trabalho a que responde senão a isto:

«a mulher hoje em dia vai sendo utilizada nos sectores de actividade, nas profissões, nas funções que os homens já rejeitam por más condições de trabalho e de remuneração» (pág. 237).

E na emancipação mascarada que lhe traz a sociedade técnica que encontra a mulher?

«Do objecto produtor, de filhos e de trabalho dito doméstico, isto é, não remunerado, passou também a objecto consumidor e de consumo: era dantes como uma propriedade rural, para ser fecunda, e agora está comercializada para ser distribuída» (pág. 238).

O problema da opressão das mulheres situa-se para além da classe social ou do tipo de sociedade. Não é o liberalismo avançado nem o termo da luta de classes que possibilitam em si um tipo de relação totalmente outro entre a mulher e a sociedade, entre a mulher e os valores masculinos que modelam todas as sociedades deste fim de século. Para encontrar outra solução, é mais longe que teremos de ir:

«...o problema não será só de capataz ou patrão, mas o de uma sociedade ser também construída a partir disto, do significado do trabalho e de quem o faz — se resistente é a economia e a política, mais é tudo o que as sustém» (pág. 111).

Não é tal opressão apenas fruto de usos e costumes: consagra-a a lei em muitas sociedades. Na sociedade e no campo em

que as Novas Cartas Portuguesas foram escritas a lei bem explícita era:

«A lei? A que dá aos pais todos os direitos de mordaza, aos machos primazia e à mulher somente o infinitamente menos nada, com dádivas de tudo?» (pág. 80).

(E agora, Marias, que outras desculpas tereis agora que inventar, neste ano de 1980, em plena década da mulher — tinbeis dado por isso? — quando a maior parte das leis sexistas foram ou estão sendo, no papel, abolidas e magnanimamente convertidas por assembleias, senados e congressos masculinos em leis de igualdade? E a prática, irmãs, a prática quotidiana? Não será o momento de mostrar o logro?)

Para além da lei mesmo quando não é acusatória ou não encontra falta, há o apelo às forças mágicas. Ligada, desde tempos imemorais, no inconsciente social, à natureza — que o homem vem dominando ao longo dos séculos, sem, no entanto, conhecer todos os mistérios — a mulher é parte integrante dos últimos redutos que o homem ainda não (jamais?) assimilou a si. E aí se justificam as histórias de bruxas (pág. 87 e segs.) contadas na sua brutalidade: ódios viscerais que não encontram satisfação senão no fogo que destrói a inimiga; raiva surda e despeitada contra capacidades humanas incompreensíveis aos homens, diminuídos, afinal, na sua humanidade por essa idêntica sanha; testemunhas falsas a construir, com mentiras, factos tidos por verdades; rezas a exorcizarem a sociedade para que fique livre de mulheres assim... (Mulher que diz «eu» e se situa autónoma e diferente na história é decerto coisa de bruxaria.)

A atravessar essas histórias, o lamento, o coro, a interrogação encantatória a deixar perceber a um tempo a inocência e a determinação:

«E o que faremos, Madre Abadessa, o que faremos?» (pág. 91).

Eco do que logo na Primeira Carta I fora dito e perguntado:

«E de nós o que faremos?» (pág. 31).

A determinação é bem clara. A sua opressão levará as mulheres a fazerem «um Outubro, um Maio, e novo mês para cobrir o calendário» (pág. 31). Mês de revolta e «vinganças» («vinganças» ou «nostalgias»?) Daí a grande proclamação:

«...obreiras frente à mesma matéria adversa, competentes e competindo e afogando as penas e depondo a bota à beira-catre, ascendiando de quartel ou convento, retiradas prevendo a corrosão nas hierarquias e costumes, instaurando a lei de uma nova irman(dade) — dão-se conta do risco?» (pág. 57).

A opressão levará as mulheres a fazerem «uma irmandade e um convento» (pág. 31). Aí estará «a paz e a aventura, a água lisa e o amor industrioso» (pág. 70). Daí a afirmativa interrogação:

«Que seria de nós sem tanto amor — pelo puro desprazer que isso nos daria» (pág. 50).

O amor surge assim — contra todas as aparências — como resposta a uma consciência de situação de oprimida. Daí a lúcida certeza da sua fundamental ambiguidade:

«...tu próprio meu convento, minha única ambição, afinal meu único deserto» (pág. 50).

Não escapa sequer a tal lucidez a crítica social do amor, com o casamento ou imagem dele a ser tido como «base política do modelo de repressão» (pág. 110). Nem tão-pouco se subtrai a esse

olhar penetrante das coisas e seu mistério o que se joga de narcisismo no amor. Daí a confissão recorrente:

«...neste meu muito maior prazer em me sentir apaixonada que em amar-te» (pág. 33).

«quero mais à minha paixão do que a ti» (pág. 52).

E aqui começam duas verdades só aparentemente contrárias que percorrem todo o livro:

Por um lado, desvenda-se a astúcia e a manha como vingança da mulher em sua nostalgia inscrita — «astúcia, como única maneira que até há bem pouco tempo nos era de única valia, defesa» (pág. 132).

Manha tão conhecida, tão manejável que a rapariga do Carvalhal (que não é da família das Marianas — porquê Maria Adélia? Para que não haja regras?), depois de se referir aos conselhos que sua mãe lhe dera, só sabe concluir assim, em sábia ingenuidade, a sua redacção sobre as tarefas:

«...outra das tarefas da mulher, então, será ter manha» (pág. 261).

Por outro lado, pressentem as autoras que na nova lógica do amor que as mulheres dizem, não basta que a narrativa mude de sujeito (convenho que, ao mudar, já se transforma na oscilação entre o dom ainda informe — expressão de uma outra sociedade — e a posse voraz — eco e fundamento da sociedade governada pela apropriação de todas as coisas). Além ou aquém do negativo fotográfico produzido pela sociedade de dominação masculina é uma imagem outra que é preciso descobrir se de amor é o exercício:

«Nunca o amor foi tão inventado, logo verdadeiro» (pág. 49).

A proclamação da revolta sucede-se o grande grito de libertação. É a natureza mesma do amor que as mulheres põem em causa. Procuram encontrar nas suas relações leis novas para o amor.

Amor que seja entrega e dom, troca e reciprocidade, ilusão lúcida, processo doloroso e infinitamente custoso onde constantemente se revela para se esconder o outro-do-outro. Daí, a inquietação:

«Encontrará o amor outra maneira senão esta: aquele que utiliza ou é utilizado. Aquele que devora ou é devorado; se finge devorado e por sua vez devora?» (pág. 61).

Por isso todas as figuras de mulheres que percorrem as *Novas Cartas Portuguesas* se debatem com o amor, sabendo-se ligado à sua condição, e esta tão definida pela negativa. E perguntam:

«como inventar amor que reconheça todos os abismos» (pág. 67).

Da sua busca pessoal e específica de mulheres surge a grande questão que se põe afinal à humanidade inteira. Na sociedade utilitária, baseada na recompensa imediata, no fim lucrativo de toda a iniciativa e de todo o gesto, que lugar fica para o amor que em si mesmo tem a sua finalidade? (Como explicar, ó Marias, o amor de Madre Teresa por cada um dos moribundos de Calcutá e deles por ela senão pelo puro gosto do gesto que nada resolve, nem sequer o que é tido como socialmente útil?) Tem assim ressonância em todos os registos em que se inscreve o amor — muito para além da realidade metafórica da relação homem-mulher — a aspiração que aponta para uma sociedade nunca satisfeita:

«chegará tempo de amor, em que dois se amem, sem que uso ou utilidade mútua se vejam e procurem, mas, apenas prazer, prazer só, no dar e no receber?» (pág. 112).

Que objecto tem o amor? O outro ou dizer o outro? A realidade do sentimento vivido ou o falar dele? Espantosa relação do

sentimento à palavra que leva Mariana Alcoforado, na sua última carta ao cavaleiro de Chamilly, a escrever-lhe assim:

«Escrevi-vos cartas de grandes amores e penas, Senhor, e de tanto de vós não ter comércio, pus-me de amá-las e ao gesto de as compor mais que a vossa figura ou memória» (pág. 296).

Também aqui as Novas Cartas Portuguesas são pioneiras. Inscrevem-se na grande corrente — hoje imensa — da literatura feminista em que a relação da mulher à escrita é um dos grandes temas explícitos ou implícitos. A tal ponto que pela literatura feminista dá a mulher ao mundo uma fisionomia nova, como se de um acto de amor convencional se tratasse e dela(s) nascessem mil formas diferentes de viver as relações, de estruturar as sociedades, de pensar e agir a técnica e a política, de buscar a beleza e a bondade das coisas e de as repartir copiosamente, generosamente, rigorosamente.

E tal como acontece com as Novas Cartas Portuguesas, toda essa escrita vai dando corpo à afirmação fundamental: a mulher tem uma identidade própria e, com o próprio gesto com que reclama igualdade, traça na história a sua fundamental diferença.

Existe por si própria. Conhece-se. Ou procura-se. Ou descobre-se («E sempre o narcisismo» pág. 324). Mas é lúcida. Pode conquistar a inteligência de si mesma. Pode falar de si e da vida, do intersubjectivo e do objectivo, do infinitamente privado e do infinitamente público. Pode dizer o seu mundo interior e dizer o mundo, sem mais. Pode viver a intimidade do não-dito e a exterioridade dos actos. Pode fazer poesia e fazer política. (Não, ó Marias, não estou a forçar esta junção que me é visceralmente necessária da «poesis» e da «polis»; com ela quero deixar dito o que vai de mim a vós, crentes que somos que a beleza e a transformação social mutuamente se atravessam ou são uma só coisa, e que quando uma mulher «faz política» pode não assustar ninguém, mas se a faz com um punhado de versos, toca logo a

rebate e assustam-se os senhores que fizeram o manual da «arte de bem cavalgar» em toda a política).

Trairia a mensagem das Novas Cartas Portuguesas se não acrescentasse que nada disto é transparente, puro, sólido, «pedra», «vidro», «caminhada» (pág. 59). Recusando-lhe embora o direito de ser juiz, reconheço que o cavaleiro francês teria razão se muitas das nossas acções de mulheres conhecesse e delas escrevesse as palavras terríveis que enviou a Mariana:

«estais tão preña de vós própria, Mariana, que jamais vosso ventre engendraria outra vida que não a vossa e a vossa ainda e sempre» (pág. 84).

Condenação radical esta. Tão mais trágica quanto é escutada no universo de autodefinição de cada mulher onde se repete, veiculada pelas tradições antigas e modernas, a dramática perplexidade:

«Possível será ser-se mulher sem se ser fruto?» (pág. 61).

Ou, em outros termos: que horizonte se rasga para além das conquistas, das lutas, das aspirações individuais e colectivas? Que significará o novo destino da mulher? Será ele viável?

«por enquanto nada há onde a mulher possa firmar-se e compensar-se das suas lutas. Chegará o dia?» (pág. 175).

Chega o dia. No encontro das mulheres e das suas vividas histórias, na convergência das suas vidas, na análise lúcida do seu percurso e processo, na força colectiva de uma energia nova na história, de valores reprimidos enfim libertos.

Caminho de iniciação — viagem ao centro de nós, de cada mulher, viagem ao centro do mundo e de suas circunstâncias — caminho a fazer-se simultaneamente em todos os registos: histórico, político, moral. Tentativa de resposta pessoal, sem pretensão de

universalidade, a dizer o possível de cada história, o horizonte aberto, o marco ultrapassado. Procura de mulher a mulher, resposta de cada uma a cada uma, de todas a cada uma, à escuta da interrogação que de todos os lados surge:

«Onde reaprender a ser, onde reinventar o modelo, o papel, a imagem, o gesto e a palavra quotidianos, a aceitação e o amor dos outros, e os sinais de aceitação e amor? (pág. 232).

O movimento social que constituem hoje as mulheres traz potencialmente consigo a resposta. A força colectiva das mulheres, como o grupo social simultaneamente mais discriminado e mais internacional, é um factor de que a história não pode ainda dar contas. Foram passos como as Novas Cartas Portuguesas que ajudaram essa força a tomar consciência de si própria. Ela está hoje em movimento, na descoberta de novos valores e de outra maneira de estar no mundo, na prática de uma vida mais liberta e mais dada.

Se tal força conseguir trazer a todas as esferas da vida social novas qualidades humanas, ter-se-á reduzido a diferença que gera a opressão para deixar alargar a diferença que é afirmação da identidade. Ter-se-á trabalhado a terra para que dela brote a única revolução necessária: a das consciências oprimidas que se sabem também opressoras e que de uma e de outra sujeição se querem libertar. E tudo se fará com o jeito alegre de quem não muda solenemente a História mas escreve singelamente a sua história e a entretece noutras, entrando na roda das meninas que vão cantando seu hino de irmandade, sua canção de sorriso e esperança:

«Minhas queridas
a morte da diferença, o chão da revolução
é o bom riso à flor da mão» (pág. 160).

MARIA DE LURDES PINTASILGO

NOVAS CARTAS PORTUGUESAS

(ou de como Maina Mendes pôs
ambas as mãos sobre o corpo
e deu um pontapé no cu dos
outros legítimos superiores)

Fundação Cuidar o Futuro

